

## A influência do idioma comum no fortalecimento das relações luso-afro-brasileiras\*

J. O. MARINHO  
da Sociedade de Língua Portuguesa

O jornalista Aquino de Bragança, diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, da República Popular de Moçambique, declarou recentemente: “A Língua comum pode ser um motivo para uma boa entente, como pode também sê-lo para uma feroz desentente.”

E, tentando melhor explicar a sua tese, também afirmou: “Não basta a identidade da Língua para os povos se quererem bem e cooperarem reciprocamente.”

De resto, o próprio Ministro de Justiça deste país-irmão, Dr. Petrônio Portella, havia igualmente declarado, em data recente, que “o sangue, a Língua, a religião, não bastam para o sentido da união.”

Em nosso entender, quer o jornalista Aquino de Bragança, quer o ministro Petrônio Portella, têm inteira razão: o idioma comum, por si só, será eternamente um meio. Jamais um fim.

Confirma-o, amplamente, a História de Portugal: D. Leonor Teles e D. Nuno Álvares Pereira; Miguel de Vasconcelos e D. António Prior do Crato; Marquês de Pombal e Marquesa de Alorna; D. Miguel e D. Pedro; António Feliciano de Castilho e Antero de Quental; D. Carlos e Guerra Junqueiro; João Franco e João Chagas; Paiva Couceiro e António Granjo.

O idioma comum a todos eles não evitou, de modo algum, a existência de profundas divergências que os levaram à defesa de posições manifestamente antagônicas.

---

(\*) Este trabalho foi concebido para uma palestra proferida no Rotary Clube do Rio de Janeiro — Rio Comprido, em 4/10/1979.

A História do Brasil é, como os presentes bem sabem, igualmente pródi-ga em situações semelhantes. E isto ocorre há longos anos. Não é fato re-cente.

A História Universal também nos facilita alguns outros exemplos elo-qüentes: Salazar e Franco; Hitler e Mussolini; Pétain e Quisling; Krutchev e Fidel Castro; Idi Amin e Kadhafi; Duvalier e Somoza.

Com efeito, os seus distintos idiomas não impediram que entre eles hou-vesse uma acentuada identidade de pontos de vista.

Tiradentes falava Português. E os iquisidores mineiros também. Toda- via, essa analogia idiomática não evitou a sua profunda incompatibilidade de princípios.

O poeta Castro Alves identificava-se, relativamente ao idioma, com os partidários da escravatura. Porém, em nada mais se lhes assemelhava.

Os políticos angolanos Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Sa- vimbi também falam Português, embora tal circunstância não tenha facilitado o seu entendimento, após o Acordo de Alvor e, mais tarde, na consolidação da independência do seu país.

Os políticos moçambicanos Samora Machel e Joana Simeão lutaram por interesses diametralmente opostos, não obstante se expressarem, desde sem- pre, em Português.

As relações entre Portugal e Cabo Verde processam-se, actualmente, em termos de franca amizade, apesar de naquele novo país africano predominar, há longos anos, o dialecto crioulo que, por certo, virá a transformar-se em idioma oficial.

Amilcar Cabral e Leopold Senghor, dois notáveis líderes africanos, par- tilhavam de idéias afins, não obstante serem diferentes os seus idiomas de origem.

Consagrados poetas africanos, como Agostinho Neto, Costa Andrade, Marcelino dos Santos, Sérgio Vieira, Fernando Ganhão, Armando Guebuza e Jorge Rebelo, não abdicaram da Língua portuguesa para combater o colonia- lismo que, desde o século XV, imperava nas terras onde nasceram.

O poeta guineense António Baticã Ferreira, possuidor de vasta Cultura literária e científica, escreveu:

*Preferimos o amor à guerra:  
Que pena se o caminho se erra!*

O cabo-verdiano Luís Romano, atual Consul do seu país no Rio de Ja- neiro, escreveu, por sua vez:

*Branco:  
escuta-me um momento  
ainda é tempo  
porque te falo de irmão para irmão.  
No mistério daquilo que nos formou  
– considera-me –  
Só isso nos basta  
Só isso  
e estende-me tua mão.*

Outro poeta cabo-verdiano, Dante Mariano, também escreveu:

*O mar vai-nos dizer  
quantos séculos nós fomos  
elos de correntes  
e carga de porão,  
Engenho de açúcar  
plantação de tabaco  
roças e sanzalas . . .  
E quanto de nosso corpo  
são avenidas alcatroadas.*

O angolano Agostinho Neto, escreveu igualmente:

*Mantivemo-nos firmes: no povo  
buscáramos a força  
e a razão.  
Inexoravelmente  
como uma onda que ninguém trava  
vencemos.  
O Povo tomou a direção da barca.*

Pelo que atrás dissemos, fácil será concluir que o harmonioso desenvolvimento das relações luso-afro-brasileiras, a qualquer nível, não dependerá apenas do idioma comum, mas, principalmente, da existência efectiva de interesses conciliáveis. E legítimos, é claro.

Aquino de Bragança, sobre quem ainda agora falamos, avistou-se recentemente com a atual chefe do Governo português, a quem, na qualidade de enviado especial do Presidente da República Popular de Moçambique, manifestou o desejo de melhorar as relações de amizade entre os dois países. Trata-se dum inequívoco gesto de boa-vontade.

De resto, algumas semanas antes, o Vice-Ministro moçambicano Almeida Matos formulava idênticos propósitos ao Governo brasileiro. A mão foi estendida!

Houve alguém que, há bem pouco tempo, aqui criticou contundentemente o Ministro das Finanças de Angola, Ismael Martins, por este haver declarado em Lisboa: “não caberia em cálculos de ordenadores electrónicos computar o valor da força humana de trabalho, principal factor de produção e riqueza, retirada de Angola para outros continentes durante a secular e ignóbil prática escravagista”.

Foi, na verdade, uma trágica e chocante declaração, que nós, portugueses e brasileiros, temos, infelizmente, de aceitar como um desabafo dum povo que sentiu, na carne e na alma, os efeitos da escravatura.

José Hermano Saraiva, ao referir-se, na sua “História Concisa de Portugal”, à abolição da escravatura nas colónias, salientou: “A medida levantou clamores de Protestos; disse-se que, depois das invasões bárbaras, nenhum prejuízo tão grave nos atingira”. Isto passou-se em 1836.

Na histórica Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, o representante dos Estados Unidos da América levantou a questão do “direito das raças indígenas a disporem de si próprias e do seu solo hereditário”. Tal

questão nem sequer foi discutida pelas potências coloniais representadas naquela Conferência. Era, então, ainda cedo. Mas a idéia nasceu e germinou.

Não será descabido lembrar que nós, portugueses, também vivemos, ao longo da nossa História, alguns períodos de autêntica escravatura, conforme no-lo recorda José Hermano Saraiva.

O rei D. João V, por exemplo, “para acelerar as obras de acabamento do Convento de Mafra, mandou apanhar a força todos os homens válidos do país. Foram cerca de 45.000 trabalhadores, amarrados em cordadas, vigiados por 7.000 soldados.”

Não tivemos Sibéria. Mas tivemos Tarrafal. Qual é, afinal, a diferença?

Aquino de Bragança, Petrônio Portella, Ismael Martins e José Hermano Saraiva \* um goês, um brasileiro, um angolano e um português \* expressaram-se no mesmo idioma. E nenhum deles falseou a Verdade. Todos demonstraram, por palavras e obras, acreditar no futuro da Comunidade luso-afro-brasileira, construído, como se impõe, a partir do sincero reconhecimento dos erros do passado e do firme desejo de corrigí-los no presente, com dignidade e sem demagogia.

O sacerdote e escritor português Nuno de Montemor lembrou, numa das suas obras, que “os Homens são como as flores. De cores diferentes mas, afinal, todos iguais”.

Estamos com ele, como Deus quer.